

NO ALGARVE

«No Algarve não há o silêncio e a impossibilidade: há o movimento constante, o falar, o cantar de uma população como a dos gregos das ilhas, ora embarcados nos seus navios costeiros, ora ocupados nos seus campos que são jardins».

OLIVEIRA MARTINS
in «História de Portugal»

(A Voz)



QUINZENÁRIO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA REGIONALISTA

ANO XXII

3-3-76

(Preço avulso 3\$50)

N.º 580

Delegação em Lisboa
R. Passos Manuel, 102-5.º-Dt.
Telef. 56 27 59

Composto e Impresso
GRAFICA EDITORA
Av. João Ferreira da Maia, 20
Telef. 92091 RIO MAIOR

DIRECTOR E PROPRIETARIO
José Maria da Piedade Barros

Redacção e Administração
GRAFICA LOULETANA
Rua da Carreira
Telef. 6 25 36 LOULÉ

O DIREITO DE PROPRIEDADE E O ESTADO

2 - Os limites do direito de intervenção do Estado

São de Bernhard Haring as palavras seguintes:

«O Estado tem o dever de fomentar o bem comum por sua legislação social e económica e por uma protecção eficaz dos direitos, bem como de assegurar o bem particular dos indivíduos, fazendo com que o bem comum seja por todos respeitado. Sobre tudo deve o Estado vigiar pela função social da propriedade. Ao se tratar de uma exigência imperativa do bem comum, ele pode intervir na situação económica dos mais bem aquinhoados, alterando-a em favor dos cidadãos incapacitados para conseguir os meios necessários à própria subsistência. Ao Estado compete distribuir, segundo as normas da justiça, os encargos, os direitos e deveres entre seus súbditos, tomando em consideração especial os que são económica-

mente menos favorecidos. E perpetraria grave falta contra a sua missão, se, nos conflitos de interesses, tomasse o partido dos poderosos» (1). Na verdade, sendo o Estado um serviço, tal deve ser a política geral do Estado na esfera económica e diante do exercício do direito de propriedade, em geral.

Isto, porém, de maneira nenhuma poderá levar o Estado, sob pretexto de seus deveres de apoio aos fracos, a usurpar os

(continua na pág. 6)

António Aleixo Um poeta para não esquecer

No dia 18 de Fevereiro completaram-se 77 anos sobre a data de nascimento do poeta António Aleixo.

Morreu há mais de 25 anos, mas parece que, quantos mais anos passam, mais viva está a sua imagem, mais mérito têm os seus versos, mais filosofia presentimos nos seus pensamentos.

Espírito lúcido e observador perspicaz e inteligente António Aleixo é bem um símbolo do homem do povo que viveu para sofrer, mas a quem as agruras da vida ensinaram aquela filosofia que só os eleitos sabem transmitir.

António Aleixo deixou uma mensagem aos homens e ela continuará válida porque fala ao mais profundo sentimento de quantos

tenham um ideal de fraternidade humana.

É por isso que o poeta continuará vivo.

É por isso que nunca é demais recordar esse homem simples e

(continua na pág. 6)

O TURISMO ANIMA DE NOVO O ALGARVE

Entidades ligadas ao sector turístico voltaram a encargar a animadora perspectiva de o Algarve continuar a ser a região ideal preferida pelos povos cujo nível de vida lhes permite gozar as suas férias no estrangeiro e em plena liberdade de escolha.

Provam esta realidade a circuns-

Loulé sem Carnaval Terá as suas grandes festas da vila?

Os louletanos ficaram decepcionados pela não realização do Carnaval de Loulé-1976 e aqueles que ao longo de anos e anos têm vivido os seus problemas ficaram

mais ainda desgostosos por não terem conseguido evitar este interregno numa tradição louletana.

Apesar de desiludidos por terem visto o seu trabalho e a sua dedicação tão mal compreendidos, muitos afeiçoados do Carnaval se têm afastado ao longo dos anos.

Mas em todos eles parece que fica sempre uma réstea de amor e de saudade pelas horas de luta em comum pela concretização de algo que os transcende e tem colocado o nome de Loulé

(continua na pág. 4)

CARLOS MACIEIRA

novo Presidente

da Câmara de Albufeira

Em cerimónia há dias realizada no Governo Civil de Faro, tomou posse das funções de Presidente da Câmara Municipal de Albufeira o sr. Carlos Macieira, candidato pelo PPD nas 1.ª eleições realizadas no País para o exercício destas funções e em que este partido teve uma percentagem de 41,56 de votos.

A nova Câmara, é composta por mais 6 elementos (PPD, PS e PC) e também assumiu as suas funções em cerimónia conjunta.

(continua na pág. 4)

Cabines telefónicas

na via pública

Loulé já tem cabines telefónicas na via pública!

Esta notícia foi-nos comunicada por carta do sector de Relações Públicas dos C. T. T., que faz referência à notícia que publicámos no dia 5 de Novembro de 1975.

Verificámos depois que estas cabines já se encontram em fun-

(continua na pág. 5)

Municípios algarvios

analizam o projecto

do decreto-lei

sobre regionalização

No decorrer de uma reunião (que já foi referida n'«A Voz de Loulé») recentemente realizada no Governo Civil de Faro, a que presidiu o dr. Almeida Carapato, e em que participaram as Câmaras Municipais do Algarve, foi deli-

(continua na pág. 6)

ESTÁ INTERESSADO EM MELHORAR A SUA TERRA?

Uma circular do recém-criado Centro de Animação Cultural do Algarve põe várias interrogações. Por exemplo: você gosta de teatro? Gostaria de fazê-lo ou que

(continua na pág. 6)

I CENTENÁRIO

da «Cartilha Maternal»

de João de Deus

A primeira edição da famosa «Cartilha Maternal» de João de Deus, publicada em 1876 marcou



um acontecimento dos mais transcendentes na vida do Povo Português e por isso mesmo não

(continua na pág. 6)

PROPAGANDA POLITICA: EVITAR OS EXAGEROS

A onda de liberdade que se seguiu ao 25 de Abril deu ao povo português, muito legitimamente, a possibilidade de uma prática política que até então fora, quase totalmente, impossível. E diz-se «quase totalmente» porque havia uns arremedos de eleições... e o resto era a clandestinidade. Nada mais.

Uma das consequências dessa prática política, resultante lógica do livre jogo partidário, é a propaganda. A afixação de cartazes, a pintura de símbolos e de frases, os comunicados, etc.. Também neste campo, e infelizmente, foram cometidos alguns exageros: não se respeitaram os edifícios públicos, os monumentos nacionais, as placas de sinalização do trânsito... com todos os problemas daí inerentes (deterioração dos monumentos por efeito dos produtos utilizados, degradação estética desses bens colectivos, impossibilidade de se verem os indicativos do trânsito e, sobretudo, o dispêndio de avultados

dinheiros públicos que poderiam ser melhor aproveitados).

A adopção de regras cívicas é, pois, uma necessidade. Nesse sentido, a Secretaria de Estado das Obras Públicas emitiu uma circular em que faz «um sincero e veemente apelo a toda a população»

(continua na pág. 6)

VANDALISMO EM QUARTEIRA

Para quando um posto da G. N. R.?

Notícias de Quarteira dizem-nos que, em noite recente, a um ou mais vândalos ocorreu a «gracinha» de cortar os pneus de todos os au-

(continua na pág. 6)

NOTA QUINZENAL

TRABALHAR PARA CONSTRUIR

Se é necessário e urgente construir, em Portugal o caminho que levará a uma sociedade nova, onde o passado recente não seja mais que uma triste recordação, é importante e inadiável dedicar ao sector do trabalho o maior número de energias e o mais velado interesse. É quase lugar-comum dizer-se que sem trabalho nada de novo será possível. Com efeito, a realidade assim nos ensina, e não há sofismas que possam justificar o injustificável. De igual

(continua na pág. 5)

JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL

SECRETARIA NOTARIAL
DE LOULÉ

2.º CARTÓRIO

NOTARIO: LICENCIADA
MARIA ODILIA SIMÃO CA-
VACO E DUARTE CHAGAS.

Certifico, para efeitos de publicação, que neste Cartório e no livro de notas para escrituras diversas, n.º A-44, de fls. 146 a 150, se encontra exarada uma escritura de justificação notarial, outorgada no dia 20 do mês corrente, no qual Francisco de Sousa Pontes, e mulher, Maria Luísa Amaro Pontes, residentes na povoação e freguesia de Quarteira, concelho de Loulé, se declararam donos e legítimos possuidores, com exclusão de outrem, do seguinte prédio:

Rústico, composto de uma courela de terreno arenoso, de semear, com árvores, com a área aproximada de 4210 m², sito nos Cavacos, na dita povoação e freguesia de Quarteira, confrontando do norte com Manuel Pontes e outros, e do nascente, sul e poente com caminho, inscrito na matriz predial respectiva sob o artigo número 1813, com o valor matricial de 11 120\$00 e o atribuído de 20 000\$00, e omissa na Conservatória do Registo Predial deste concelho, porquanto:

No inventário orfanológico, que foi instaurado e correu seus termos no Tribunal Judicial desta comarca, por óbito de Joaquim de Sousa Cavaco, também conhecido por Joaquim de Sousa Pontes, e por Joaquim da Ponte, que foi residente na dita povoação de Quarteira, foram adjudicados e ficaram a pertencer aos filhos Joaquim de Sousa Pontes, Francisco de Sousa Pontes, Maria de Sousa Pontes e António de Sousa Pontes, então solteiros, a fracção de 4/8 indivisos de um prédio de origem, que nesse inventário foi relacionado sob a verba n.º 13, tendo as partilhas do mesmo sido julgadas por sentença de 5 de Junho de 1924, que transitou em julgado, e em data imprecisa, mas que sabem ter sido por volta do ano de 1928, terem os justificados e os referidos proprietários, procedido com os demais interessados à divisão e demarcação, meramente verbal e, portanto, nunca reduzida a escritura pública, do

mençãoado prédio de origem, tendo-lhe sido adjudicado e ficado a pertencer em pagamento da sua quota ideal ou fracção de 4/8, o prédio supra descrito e confrontado, e

Que, por escritura lavrada neste Cartório, em 12 de Janeiro de 1957, a fls. 67, v., do livro de notas para escrituras de valor indeterminado ou superior a 1 000\$00, excepto partilhas, n.º 212, a proprietária Maria de Sousa Pontes de Jorge, viúva, Dália Maria Jorge e Areas e marido, Serafim Eduardo Areas e Elisabeth Jorge, solteira, maior, residentes em Comodoro Rivadavia, República da Argentina, venderam pelo preço de 1 000\$00, 1/4 indiviso do identificado prédio a José António Pontes, e mulher Odília Tomás Sequeira Pontes, casados segundo o regime da comunhão geral de bens, residentes em Quarteira, que por sua vez por escritura, igualmente lavrada neste Cartório, a fls. 34, v. do livro de notas para escrituras de valor indeterminado ou superior a 1 000\$00, excepto partilhas, n.º 222, venderam pelo preço de 1 000\$00, o referido quarto indiviso ao justificado marido, Francisco de Sousa Pontes; e

Que por escritura lavrada, neste mesmo Cartório em 21 de Outubro de 1971, a fls. 35, v. do livro de notas para escrituras diversas, n.º A-34, o proprietário António de Sousa Pontes, solteiro, maior, residente na dita povoação de Quarteira, vendeu pelo preço de 5 000\$00, 1/4 indiviso do identificado prédio, ao ora justificado marido, e que no inventário obrigatório, que foi instaurado e correu seus termos no Tribunal Judicial desta comarca, por óbito do proprietário — Joaquim da Ponte Lopes ou Joaquim de Sousa Pontes ou ainda Joaquim da Ponte, residente que foi na Argentina, foi adjudicado ao irmão germano, o justificado — Francisco de Sousa Pontes, 1/4 indiviso do supra descrito e confrontado prédio, com o valor de 2 801\$00.

Que não obstante do citado inventário, instaurado por óbito de Joaquim de Sousa Cavaco, constar que o prédio de que foi desanexado o supra descrito e confrontado

e que pelas razões expostas, pertence a eles justificados, era foreiro anualmente em 2\$50, ao Morgado de Quarteira, a verdade é que desde 1928 nunca foi paga qualquer pensão enfiteutica, tendo o prédio supra descrito vindo a ser possuído desde a referida data, inicialmente pelos proprietários Joaquim de Sousa Pontes, Maria de Sousa Pontes ou Maria de Sousa Pontes de Jorge e António de Sousa Pontes e os justificados Francisco de Sousa Pontes e mulher, em nome próprio e sem a menor oposição de quem quer que fosse, posse sempre exercida sem interrupção, ostensivamente, desde o seu início, com conhecimento de toda a gente, sendo por isso a posse pacífica, contínua e pública, exercida sobre o mesmo, como livre e alodial e isto pelo facto dos herdeiros do referido Joaquim de Sousa Cavaco, se terem oposto ao pagamento do citado foro aos herdeiros do Morgado de Quarteira, a pretexto de que o mesmo não era devido, verificando-se assim a inversão do título de posse, pelo que se extinguiu o empenhamento, tendo o domínio do citado prédio sido adquirido por usucapião.

Que em face do exposto não lhes é possível comprovar a aquisição do supra descrito prédio, pelos meios extrajudiciais normais.

Está conforme.
Secretaria Notarial de Loulé, 25 de Fevereiro de 1976.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana
«A Voz de Loulé» n.º 580/3-3-76

VALE JUDEU



AGRADECIMENTO



BERNARDINO COELHO
MENDES

Sua família vem por este meio testemunhar o seu reconhecimento a todas as pessoas que compartilham da sua grande dor, e se dignaram acompanhar à última morada o seu saudoso e chorado extinto, não o fazendo pessoalmente, como era seu desejo, por desconhecimento de moradas e ilegitimidade de assinaturas.

VIEGAS LOPES, LDA.

SECRETARIA NOTARIAL
DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

NOTARIO: LICENCIADO
NUNO ANTÓNIO DA ROSA
PEREIRA DA SILVA.

Certifico, narrativamente, para efeitos de publicação,

TRIBUNAL JUDICIAL
DA COMARCA
DE ALBUFEIRA

ANÚNCIO

(2.ª publicação)

No dia 6 do próximo mês de Abril, às 10 horas, à porta do Tribunal Judicial de Albufeira, nos autos de carta precatória vinda da Comarca de Loulé e extraída dos autos de EXECUÇÃO DE SENTENÇA com o n.º 17-B/74, 2.ª Secção, que o Banco Nacional Ultramarino move contra António Francisco Nobre e mulher Maria Alice da Purificação Silva Nobre, ele industrial, residentes no Pínhall, Albufeira, será posto em praça pela 1.ª vez, para ser arrematado ao maior lance oferecido acima do valor indicado na carta precatória, o seguinte veículo penhorado àqueles executados, do qual é depositário Manuel José Bernardino, casado, comerciante e proprietário, residente no Pínhall.

VEICULO
A ARREMATAR:

Veículo automóvel pesado, de carga, marca «Berliet», com a matrícula AL-57-73, com 2 eixos, pneus em bom estado, com o conta-quilómetros a acusar 122 366 quilómetros percorridos, o qual tem avariado o veio de transmissão.

Albufeira, 7 de Fevereiro de 1976.

O Juiz de Direito.

a) *Jorge Mourão Mendes Leão*

O Chefe de Secretaria,
a) *José Dias Correia*

«A Voz de Loulé» n.º 580/3-3-76

que por escritura de 20 do mês corrente, lavrada de fls. 94, v. a 96, v. do livro n.º A-87, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, Manuel Viegas Lopes, cedeu a quota do valor nominal de 100 000\$00, que possuía na sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada «Viegas Lopes, Lda.», com sede na Praça da República, n.º 38 e 40, desta vila e freguesia de S. Clemente, a Maria Gago Lopes, pelo que saíu da sociedade, renunciou à gerência, e autorizou que a sociedade continuasse com a mesma firma social, tendo a cessante sido nomeada gerente.

Pela mesma escritura, pelos actuais e únicos sócios da referida sociedade, Pascoal Viegas Lopes e Maria Gago Lopes, foi alterado o art.º 5.º do pacto social, que passou a ter a seguinte redacção:

ART.º 5.º

1. A gerência da sociedade, dispensada de caução, será exercida por ambos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes, com ou sem remuneração, consoante for acordado em Assembleia Geral.

2. Qualquer dos gerentes poderá delegar todos ou parte dos seus poderes de gerência, por meio de procuração, em quem entender.

3. Para obrigar validamente a sociedade, bastará que em seu nome assine qualquer dos gerentes ou seus procuradores.

4. A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

Está conforme.
Secretaria Notarial de Loulé, 23 de Fevereiro de 1976.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana
«A Voz de Loulé» n.º 580/3-3-76

TRESPASSA-SE

Estabelecimento moderno, situado na Rua da Carreira.

Tratar com João Martins Rodrigues (João Mariano) — Telef. 62348 — LOULÉ.

AVISO

CAIXA DE PREVIDÊNCIA E ABONO DE FAMÍLIA
DO DISTRITO DE FARO

EMIÇÃO DE CREDENCIAIS PARA ASSISTÊNCIA MÉDICA

Informam-se os senhores beneficiários que a passagem de credenciais para assistência médica passa a ser feita no Posto Clínico a que se encontrem afectos, deixando a partir desta data de ser emitidas credenciais nos serviços centrais da Caixa.

Esta medida visa ir ao encontro dos interessados utentes facilitando o seu acesso aos cuidados médicos.

A COMISSÃO ADMINISTRATIVA

CAIXA DE PREVIDÊNCIA E ABONO DE FAMÍLIA
DO DISTRITO DE FARO

AVISO

Chama-se a atenção para os interessados que entregaram nesta Instituição requerimentos para admissão em eventuais vagas, que os mesmos perderam a sua validade a partir desta data.

Mais se informa que, futuramente, só serão aceites requerimentos quando estiverem abertos os respectivos concursos, os quais serão divulgados através da imprensa.

Faro, 14 de Fevereiro de 1976.

A COMISSÃO ADMINISTRATIVA

A nomeação do dr. Luís Madelra para o VI Governo fez precipitar o «TEMPO»

O semanário «Tempo», quando soube da nomeação do dr. Luís Filipe Madeira, nosso conterrâneo, para o cargo de Secretário de Estado do Turismo, precipitou-se na sua opinião e, vai daí, publicou o seguinte:

«Todos os meus afectos às actividades turísticas foram surpreendidos no último fim de semana com a nomeação do dr. Filipe Madeira para Subsecretário de Estado do Turismo. Confirmaram-nos do Ministério do Comércio Externo e Turismo a respectiva nomeação. Sabe-se que o novo Subsecretário de Estado pertence ao P. S., e que foi Governador Civil de Faro mas não se lhe conhece qualquer «currículo» de turismo. Fazendo-nos intérpretes do que corre nos meios profissionais não podemos deixar de referir que o último Secretário de Estado do Turismo de Marcelo Caetano, dr. Pedro Pinto, foi escolhido por ser «uma pessoa habituadíssima a viajar de posto diplomático em posto diplomático». Neste aspecto há que definir: Os lugares ministeriais são de natureza política ou técnica? Os subsecretários actuam a nível de director-geral ou fazem parte da equipa partidária do respec-

tivo ministro? Publicar um decreto-lei no «Diário do Governo» em 20 de Janeiro e nomear um subsecretário vinte dias depois, sem se dar qualquer satisfação aos órgãos representativos dos sectores privados constitui uma surpresa para os que tinham acreditado que já não seriam tomadas decisões sem o apoio dos interessados».

Em que é que o «Tempo» se precipitou? Pois, em primeiro lugar, quando diz que «todos os meus afectos às actividades turísticas foram surpreendidos» com a nomeação do dr. Luís Madeira, Cá no Algarve, onde a indústria turística ainda tem alguma importância, muitos dos «meios afectos» não «foram surpreendidos» com tal nomeação. Já a esperavam e foi bem recebida. «Todos», portanto, é precipitação do «Tempo».

Cabe dizer que não temos procuração para defender o dr. Luís Filipe Madeira. Nem ele precisa que o defendamos. No entanto, ainda queremos dizer que o «currículo» de turismo» daquele novo membro do Governo não é desconhecido para quem vive no Algarve. Quando foi candidato pela C.D.E., em 1969, tratou o «te-

ma turismo» com profundidade; cremos que, aquando das Jornadas Democráticas de Aveiro, apresentou uma tese sobre o assunto; enquanto Governador Civil de Faro, já depois do 25 de Abril, não ignorou, naturalmente, essa grande realidade (agora em crise) que é a indústria turística no Algarve. Para ter bom «currículo» será preciso, para o «Tempo», tirar um «canudo turístico» na Suíça? Talvez!

Claro que o dr. Luís Madeira nunca «viagou de posto diplomático em posto diplomático» como o tal citado senhor do Governo de Marcelo. Mas, para insinuações, o «Tempo» sabe a receita...

O «Tempo» pergunta se «os lugares ministeriais são de natureza política ou técnica?». É óbvio que têm de ser de natureza política e técnica. Nem só políticos nem só tecnocratas (estes, aliás, servem sempre alguma política). E o dr. Luís Madeira estará, quanto a nós, perfeitamente à altura das responsabilidades do cargo que actualmente ocupa no Governo. No «Tempo» pensar-se-á diversamente...

T. MARTINS

Notícias Pessoais

CASAMENTO

Na capela do Alto de Santo António em Faro, realizou-se há dias o enlace matrimonial da sr.^a D. Maria Flávia Cortes Vilhena, professora do Ciclo Preparatório em Lisboa, filha do sr. Cândido Vilhena e da sr.^a D. Maria Flávia Cortes Vilhena, com o sr. José Manuel Pires Teixeira, estudante de medicina, filho da sr.^a D. Maria da Conceição Pires Teixeira e do nosso conterrâneo, prezado amigo e assinante nos E. U. A. sr. Sebastião de Sousa Teixeira.

Apadrinharam o acto, por parte do noivo sua irmã sr.^a D. Isabel Maria Pires de Sousa Teixeira e marido sr. António Carlos Vilhena Colaço e por parte da noiva a sr.^a D. Cidália Cortes Vilhena, professora do Ciclo Preparatório em Almodôvar e o sr. Sebastião José Pires Teixeira, professor de Liceu em Faro.

Ao jovem casal endereçamos os nossos parabéns e desejamos uma feliz vida conjugal.

NASCIMENTOS

Na Clínica de S. Gabriel em Lisboa, teve o seu bom sucesso no passado dia 17 de Janeiro, dando à luz uma criança de sexo feminino, a sr.^a D. Apolinária Maria Nunes Maalha Sequeira Afonso, engenheira química, casada com o dedicado colaborador deste jornal e nosso muito estimado amigo sr. Manuel Sequeira Afonso, estudante de Direito, residente em Lisboa.

CARTAS AO DIRECTOR

CASA PRÓPRIA:

Problema sem solução?

Ex.mo Sr. Director

Estive recentemente em Mértola e disseram-me que a Câmara daquela vila alentejana está urbanizando um terreno para construção de casas destinadas a habitação própria de pessoas de modestos recursos, cobrando apenas 10\$00 m2.

Ora, como noto que a construção civil quase que paralizou em Loulé após o 25 de Abril, ocorre-me perguntar se a Câmara de Loulé não poderá valer-se da Lei de Municipalização dos terrenos urbanos para fomentar a construção de casas.

Como cada vez se constroem menos a falta de casas é cada vez mais notória.

Tanto que se apregoeou que o socialismo proporcionaria habitação condigna a todos os portugueses, mas eu não estou a ver nada.

Loulé, 22/2/76.

M. N. S.

x x x

N. R. — Não temos o direito de duvidar que a Câmara de Mértola esteja a vender terreno urbanizado a 10\$00 m2, mas nem por isso deixamos de estranhar que aquela Câmara possa dispor das largas centenas de contos que hoje é necessário dispor para dotar uma urbanização das complexas estruturas que as próprias Câmaras impõem se fazem: arruamentos, esgotos, águas, luz, zonas verdes, etc., etc.

Tudo isto pode atingir milhares de contos.

E nós até sabemos que há uma projectada urbanização pronta a arrancar em Loulé e que só não começa porque a instabilidade política do país tem levado as pessoas a recuar investir em habitações, cujo futuro se afigura sombrio.

No entanto, parece que já era tempo de se pensar a sério no custo do terreno de forma a que os seus preços não tornem proibitiva a aquisição de casa própria.

Projectos têm havido muitos e promessas não têm faltado...

Mas, o que o povo quer, é ver obras.

São avós maternos a sr.^a D. Maria do Sameiro Mendes Nunes e sr. Quirino de Sousa Mealha, residentes em Quarteira e avós paternos a sr.^a D. Ilda dos Santos Sequeira e sr. José Joaquim Afonso, residentes em Loulé.

A recém-nascida receberá na pia baptismal o nome de Isabel Mealha.

— No Hospital Particular de Lisboa, teve o seu bom sucesso no passado dia 11 de Fevereiro, dando à luz uma criança de sexo masculino a sr.^a D. Maria Margarida Silva Veiga Martins, casada com o nosso prezado amigo e assinante sr. Dr. Fernando José Baptista Martins.

São avós maternos a sr.^a D. Maria do Carmo Ana Silva Veiga e o sr. Tenente-Coronel Francisco do Carmo Veiga e avós paternos a sr.^a D. Maria da Soledade Vilhena Baptista Martins e o nosso prezado assinante e amigo sr. José Guerreiro Martins Ramos, conceituado comerciante em Faro.

Ao recém-nascido foi dado o nome de Paulo Miguel Veiga Martins.

Para os felizes pais e avós vão os nossos parabéns, com os melhores votos de ridente futuro para os seus descendentes.

PARTIDAS E CHEGADAS

Acompanhado de sua esposa, sr.^a D. Maria Pereira Martins, deslocou-se a Loulé em viagem de recreio o nosso conterrâneo, prezado amigo e assinante sr. Filipe dos Santos Guilherme, que há cerca de 20 anos fixou residência no Canadá.

— Como consequência dos últimos acontecimentos registados no Norte de Angola, está entre nós o nosso prezado amigo, dedicado assinante e conterrâneo sr. José dos Santos Centeno Passos, que há longos anos residia em Carmona, onde possuía uma montagem de carros ligeiros.

... Abandonou tudo para se acolher à terra natal.

Os «novos senhores» de Angola por lá andam agora a colher o fruto daquilo que os outros criaram com pesados sacrifícios.

Aconteceu nas Sarnadas (Alte)

NASCIAM 22 GÊMEOS...

Segundo nos informou o sr. José da Silva Vitorino, proprietário das Sarnadas (Alte) uma sua porca, de raça branca, brindou-o com, nada mais nada menos, 22 bacinicos, dos quais apenas 1 morreu.

Pelos vistos, parece que foi dia de festa na aldeia... principalmente para o feliz beneficiário.

O caso não é para menos... com o actual preço dos bacinicos!

VÁRIA 8

Tem chegada à nossa redacção, com regularidade, este excelente semanário, que é um repositório muito esclarecedor e útil dos mais importantes temas focados diariamente pela nossa imprensa.

Para quem não tenha vagar de ler os muitos jornais que ora se publicam encontrará em «Vária 8» um resumo dos temas mais apaixonantes da actualidade.

Agradecemos a utilíssima permuta.

TERRENO

Vende-se um terreno com 400 m2 com planta aprovada para urbanização, pode servir para horta.

Muito próximo da paragem da Eva (Loulé — Faro).

Nesta redacção se informa.



ao serviço de mais portugueses



A partir de 3 de Abril.
2 vezes por semana.
Idas às 4.^{as} e sábados.
Regressos às 5.^{as} e domingos.
Entre Lisboa e Caracas,
um grande abraço TAP.
Um novo rumo da
Companhia portuguesa de aviação.
Consulte o seu Agente de Viagens

TAP
TRANSPORTES
AÉREOS PORTUGUESES

Os emigrantes, eternos enjeitados

por
MANEL DE QUERENÇA

Quando um dia se escrever a antologia da emigração — em particular para a França — há-de-se chegar forçosamente à conclusão, que os emigrantes foram sempre ou quase sempre, para os dirigentes do seu país, os eternos enjeitados.

Nos tempos de Salazar, a partir de 1952, sem direito a passaporte, safavam-se como podiam, correndo em bandos, através de vales e montanhas. Se por azar os agentes da autoridade lhes deitavam a mão, eram julgados com o rigor ou mais, que se julgava e condenava, qualquer criminoso de Direito comum. Esse estado de coisas permaneceu por longos anos fora. O lema ditado pelos Senhores de então, poderia resumir-se assim: Manda para cá tudo quanto ganhas mais se metes cá os pés e te deitamos a mão, vais parar à cadeia. Se as saudades da terra e os desejos de ver a família, os levavam a visitar o país, tinham que o fazer na calada da noite, para escaparem às garras dos seus tiranos. Era gente que tinha nascido a mais, num país que teimava a não reconhecê-los como cidadãos, com direitos iguais aos outros. Para eles, tudo era obrigações e lá estavam os Senhores da PIDE ou a guarda republicana, para lhes lembrar que assim devia ser. Quem poderá honestamente negar essa realidade? Salazar e seus próximos colaboradores, pouco ou nada quizeram compreender dos direitos naturais do Homem, que são em primeiro lugar, a liberdade de circulação, de ir e vir, ficar ou partir.

Veio depois Marcelo Caetano. Não realizou milagres nem fez favor algum aos emigrantes. Contudo, inaugurou uma nova época para a emigração, mais justa e mais em acordo com os direitos do Cidadão. Primeiro com o decreto n.º 347 de 25 de Julho de 1970, transformou o acto de emigrar clandestino, que até ali era um crime, em simples transgressão e, concedeu passaporte a toda a gente que estivesse em ordem com a questão militar. Repetimos, não foi um milagre, mas foi um passo, junto a outras modificações; como criação de escolas de ensino e de cultura portuguesa, que muito vieram valorizar, a situação do emigrante.

Para certas mentalidades mesquinhas e tacanhas, reconhecer esses factos a um homem que muitos adoraram para depois traírem e insultarem, pode parecer uma blasfémia. Felizmente para nós, que nunca pertence-

mos ao mundo dos adoladores e nada tivemos de comum, com o regime do passado, como não temos com o do presente. A nossa filosofia da vida, não nos permite incorporar em qualquer partido, seja ele de que género for. A nossa divisa é simples: NÓS DEVEMOS AMAR OS HOMENS.

Chegou depois o 25 de Abril. Será necessário anotar aqui, a emoção imensa que esse acto revolucionário causou no coração de todos os portugueses humilhados, dando-se a esperança de uma justiça mais generosa e um mundo melhor para todos? Cremos que não. Em Portugal, onde todos nós havíamos nascido, só a alguns era dado viver...

Infelizmente essa alegria, essa esperança, não tardou a apagar-se no coração dos emigrantes que — com que tristeza o reconhecemos — continuavam a ser para a Pátria que lhe diziam ser sua, portugueses de segunda ou terceira classe. O primeiro insulto que lhe foi feito, dizemos insulto, foi negar-lhe o direito ao voto nas eleições que se fizeram. Verificaram, então, que a consideração que mereciam aos novos Senhores do país, se limitava, como no passado, à obrigação de enviar as suas economias para Portugal, indispensáveis à sobrevivência da Nação. Em seguida, desvalorizaram a moeda, o que significava, a desvalorização do seu trabalho no estrangeiro. Em terceiro, roubaram-lhe a confiança que sempre depositaram ingenuamente, nos desígnios do seu país. Alguns viram mesmo — raros felizmente — a casinha ou o apartamento que haviam comprado com sangue e suor e lágrimas, ocupada por estranhos.

Lemos há dias na Imprensa Portuguesa, uma declaração do Secretário-Geral do P. C. P., opondo-se tenazmente, ao voto dos emigrantes nas próximas eleições legislativas. Franca-mente, toda a nossa longa experiência adquirida no mundo da política, não nos leva a compreender que o fanatismo partidário — porque de fanatismo se trata — possa ser colocado acima dos direitos mais legítimos de qualquer cidadão que é, o direito sagrado ao voto.

Pode o Dr. Alvaro Cunhal, es-

LOULÉ SEM CARNAVAL

(continuação da pág. 1)

como cartaz de merecido relevo. E são esses os verdadeiros amigos de Loulé... porque têm sacrificado o seu tempo, a sua saúde e as suas comodidades para elevar o bom nome da nossa terra.

E são esses mesmos que sentiram a mágoa de não puderem promover o Carnaval-1976, mas que não desistem de trabalhar pelo engrandecimento desta terra.

Por isso estudam planos, esboçam ideias e lançam sugestões para que, no próximo Verão, Loulé tenha as suas FESTAS DA VILA!

Uma festa tipicamente louletana, ao longo da Avenida Costa Mealha, que seja uma autêntica feira de artesanato regional e onde não falte o burrico tipicamente arreado; onde haja sardinha assada, vinho tinto, cobres e barros, trajes regionais e toda a vivacidade característica da gente da região sul, para ajudar a afastar a tristeza que parece querer invadir todos os corações desta boa gente do sul, temerosa de um futuro cada vez mais incerto.

Também não faltarão nem carros alegóricos, nem a alegria esfusante de ranchos folclóricos. Será uma autêntica Festa de Alegria — a que a Comissão Regional de Turismo do Algarve, já prometeu dar a sua colaboração.

Oxalá os entusiastas da ideia não desanimem — e que não se esqueçam do já célebre e «histórico» armazém.

tar certo que a grande massa dos emigrantes, os autênticos, aqueles que ganham o pão com o suor do seu rosto, aqueles que o seu partido e outros pretendem defender sem que ninguém lhe tenha passado procuração, lhe repugnam aceitar, um insulto dessa natureza. Um dos primeiros deveres de qualquer cidadão, consciente, consiste em respeitar, a consciência e os direitos dos outros.

Ninguém pode pretender possuir o exclusivo da verdade, da justiça ou do bem. Tudo na vida é relativo e o fundamental, é a solidariedade e o respeito mútuo.

A esperança de todos os emigrantes ou pelo menos da maioria esmagadora, é que o próximo futuro de Portugal, acabe por nos dar confiança, na certeza que nele haverá lugar para todos, dentro dum ambiente de fraternidade e solidariedade entre a família portuguesa, respeitando o credo, e a maneira de ser de cada um. Não há portugueses bons ou maus, simplesmente porque defendem ou profíham filosofias diferentes. A única felicidade possível, para qualquer povo, há-de ter sempre por base, a diversidade ideológica dos seus componentes. Lá onde há ditadura, marxista ou fascista, há sempre a humilhação e a opressão da consciência dos indivíduos. O lema dos homens que fizeram a revolução francesa era: «Vivre libre ou mourir». Ele continua válido para todos os povos, incluindo o velho povo português. Sem liberdade de escolha, sem liberdade de crítica, não há liberdade que valha, nem convencional nem real. Toda a demagogia ou intoxicação, não serão capazes de abafar ou desmentir esses princípios elementares da convivência de qualquer povo.

CARTAS AO DIRECTOR

Os tratamentos no Hospital de Loulé

Sr. Director

Sentindo-me doente estive há dias no Hospital de Loulé, onde fui muito bem atendido pelo Dr. Luís Sobral, que me diagnosticou com um «abcesso lombar que carecia de ser drenado».

Manifestando a sua melhor boa vontade em resolver o meu problema, aquele médico procurou chamar o pessoal de enfermagem, mas não conseguiu a necessária colaboração porque o enfermeiro não estava no Hospital e as enfermeiras «só tratam de mulheres», segundo a sua própria justificação.

Soube, depois, que a D. Cecília se recusou tratar-me apesar de estar «a apanhar banhos de sol» e que a D. Graça teve uma atitude passiva perante o meu problema, pelo que tive como única solução abandonar aquele estabe-

ESTATÍSTICA ATERRADORA

Mais de 150 mortos nas estradas do Algarve em 1975

Os números representam por vezes realidades bem dolorosas. Recordemos, por exemplo, as vinte mil pessoas que, há poucos dias, perderam a vida na Guatemala, devido a um violento tremor de terra. Entre nós, também temos a lamentar a perda de milhares de vidas, em 1975, mas por razão diversa da que lançou a miséria e a destruição naquele país do continente americano. Referimo-nos aos acidentes de viação que, anualmente, nos colocam no 1.º ou 2.º lugar entre os países da Europa onde morrem mais pessoas nas estradas.

A província algarvia apresenta, neste capítulo, uma estatística conflagradora no ano transacto. Só nas zonas controladas pela G.N.R., foram apurados os seguintes números: acidentes participados, 1022, sendo 191 com danos materiais elevados; mortos, 132; feridos, 1103; viaturas fiscalizadas, 53 859; indivíduos capturados sem cartas de condução, 46; veículos furtados, 136; veículos encontrados, 36.

Se juntarmos a estes números, os que se registaram nas zonas confradas à fiscalização da P.S.P., teremos uma trágica estatística que merece de todos nós uma oportuna meditação.

O número de vidas perdidas no Algarve por acidente de viação eleva-se decerto a mais de centena e meia. De registar que só no mês de Agosto se verificaram 18 acidentes mortais (decerto devido ao tráfego mais intenso da época de veraneio). As zonas on-

de ocorreram mais acidentes foram: Quatro Estradas (Quarteira), Faro, Olhão, Boliqueime, Ferreiras, Lagoa, Portimão e Lagos.

As causas que motivaram tantos acidentes terão sido múltiplas: mau estado das estradas e dos veículos; cansaço ou desatenção dos condutores; velocidade exagerada, etc., etc.

Que os nefastos resultados de tantos acidentes de viação, registados em 1975, sejam um aviso e um apelo àqueles que continuam a utilizar as nossas estradas, São esses os nossos votos, neste início de 1976.

MANUEL DE SOUSA LOPES

Vítima de um ataque cardíaco, faleceu em casa de sua residência em Loulé, no passado dia 19 de Fevereiro, o nosso velho amigo, dedicado assinante deste jornal e nosso conterrâneo sr. Manuel de Sousa Lopes.

Doente de coração há bastantes anos, o mal agravou-se nos últimos meses impossibilitando-o de sair de casa. Contava 68 anos de idade e era irmão dos nossos prezados amigos e assinantes srs. João Martins Rodrigues (João Mariano); Francisco de Sousa Lopes, José de Sousa Lopes, residentes em Loulé e Porfírio de Sousa Lopes, residente na Argentina e das sras. D. Lucinda de Sousa Lopes e D. Maria da Assunção de Sousa Lopes, residentes em Loulé e tio dos srs. Tenente-Coronel Manuel de Sousa Lopes e Jorge Lopes e das sras. D. Genoveva de Sousa Lopes, D. Maria da Graça e D. Maria Augusta Lopes.

Aprendiz da Música Velha nos seus tempos de rapazinho, o sr. Manuel de Sousa Lopes, foi dum grande dedicatório pela «sua Banda», na qual foi excelente executante durante mais de 20 anos e quase simultaneamente dirigente, participando activamente nos mais gloriosos dias de festa da «Música Velha».

Nos tempos em que as pessoas «am ao barbeiro quando lhe doíam os dentes», a sua barbearia era lugar de encontro de ora amenas ora tempestuosas ca-vaqueiras.

Há longos anos, porém, que se dedicava ao comércio de papelaria, miudezas e drogaria, com estabelecimentos no Largo Gago Coutinho e Av. Marçal Pacheco.

Os numerosos amigos que acompanharam Manuel de Sousa Lopes à sua última morada foram testemunha das amizades que grangeou ao longo da sua vida de trabalho.

A família enlutada, apresenta «A Voz de Loulé» a expressão dos seus sentidos pêsames.

PROPRIEDADE VENDE-SE

Com cerca de 2 hectares, próximo de Loulé. Terreno virgem mas árido e de difícil cultivo e portanto não sujeito a qualquer ocupação selvagem. Bom para quem goste de trabalhar na terra.

Nesta redacção se informa.

CARLOS MACIEIRA

novo Presidente

da Câmara de Albufeira

(continuação da pág. 1)

A posse foi conferida pelo Dr. Almeida Carrapato que teceu algumas oportunas considerações. Referindo-se à melindrosa situação das autarquias locais, o sr. Governador Civil disse: «Não podemos voltar a cara às dificuldades e, antes pelo contrário, devemos redobrar os nossos esforços no sentido de as ultrapassar», frisando ainda que a nova Câmara de Albufeira podia contar com o apoio do Governo Civil e do Gabinete de Planeamento do Algarve, ali representado pelo respectivo Director sr. Arq. Rui Paula.

O novo Presidente da Câmara exteriorizou a sua vontade de tudo fazer pelo progresso de Albufeira e prometeu esforçar-se por trabalhar em perfeita coesão com toda a Câmara, sobrepondo os interesses de Albufeira a quaisquer interesses partidários.

MENSAGEM DE LINCOLN AO HOMEM DO POVO

A mensagem que se segue foi dirigida ao Povo e aos homens que dirigem o Povo por Abraham Lincoln, que principiou a sua vida como cortador de madeiras e veio a ser como se sabe, um dos melhores presidentes dos Estados Unidos da América. Eis a mensagem:

«Não criarás a prosperidade, se desestimares a poupança.

Não fortalecerás os fracos, por enfraqueceres os fortes.

Não ajudarás o assalariado, se arruinares aquele que lhe paga.

Não estimularás a fraternidade

humana, se alimentares o ódio de classes.

Não ajudarás os pobres se eliminares os ricos.

Não poderás criar estabilidade permanente, baseada em dinheiro emprestado.

Não evitarás dificuldades, se gastares mais do que ganhas.

Não fortalecerás a dignidade e o ânimo, se subtrairas ao homem a iniciativa e a liberdade.

Não poderás ajudar aos homens de maneira permanente, se fizeres por eles aquilo que podem e devem fazer por si próprios».

Morreu

Teófilo Fontainhas Neto

Na terra onde nasceu, e que tanto amava, morreu um Homem que venceu lutando: Teófilo Fontainhas Neto.

Espírito irrequeto, trabalhador incansável, dinâmico e dotado de uma invulgar perspicácia para o comércio, Teófilo Fontainhas Neto cedo começou a sua dura vida de trabalho. Foi logo após ter concluído a instrução primária que se empregou em Loulé, como marçano num estabelecimento de mercearias, mas onde permaneceu apenas um ano.

Trabalhou depois na mercearia de seus pais que o convenceram a empregar-se em Beja, na secção de vias e obras dos caminhos de ferro.

Tinha então 15 anos de idade e já nesse tempo fervilhava no seu espírito irrequeto uma natural inclinação para o comércio, tendo pouco depois regressado ao estabelecimento de seus pais.



Após ter prestado o serviço militar empregou-se como viajante num armazém de vinhos em Olhão e onde formou o seu verdadeiro espírito de comerciante através de contactos com uma vasta clientela que adquiriu rapidamente. Dotado, porém, de elevado espírito de iniciativa e de persistência, depressa adquiriu a sua própria independência, lançando-se no mundo dos negócios, onde rapidamente se tornou conhecido pelas suas qualidades de trabalho e honradez.

Sempre lutando e vencendo, foi multiplicando as suas actividades, num evoluir permanente em que pôs à prova toda a sua inteligência, capacidade de trabalho e dinamismo.

E sempre lutando e vencendo foi multiplicando a criação de mais e mais postos de trabalho, proporcionando sempre melhores condições de vida aos seus colaboradores que, no presente momento são cerca de 400. As vendas da firma Teófilo Fontainhas Neto, S.A.R.L., atingiram em 1974 valores que ultrapassaram os 270 mil contos.

E pensamos nós, que são homens deste calibre, homens de rija tempera, capazes de derrubar montanhas com a sua indomita vontade, e que ao longo de uma vida dura de trabalho e sacrifício contribuíram para o desenvolvimento do País e proporcionaram

trabalho a milhares de portugueses são estes homens, dizíamos nós, que são hoje insultados por aqueles que nunca souberam o que era trabalhar e que aqui e agora se arvoram em líderes da classe operária... para alcançarem o poleiro do poder.

...Entretanto são aplaudidos homens que nunca produziram nada para ninguém e que passaram a vida nas cadeias e no estrangeiro a estudar a melhor maneira de vender a nossa querida Pátria, àqueles de que são laiaios.

É caso para perguntar: afinal de quem precisa este País para acertar o passo nos caminhos do progresso: de homens corajosos e dinâmicos ou de dormentes alérgicos ao trabalho?

Se Messines é hoje uma vila, muito deve a Teófilo Fontainhas Neto, porque fez desenvolver o seu comércio, a sua indústria, a sua agricultura. A sua acção tinha repercussões em todo o Algarve nos mais diversos sectores de actividade.

Desde há bastantes anos que passara a sua firma para nome colectivo e nela integrou como sócios os seus colaboradores, passando a denominar-se Estabelecimentos Teófilo Fontainhas Neto (Comércio e Indústria).

O saudoso extinto, por várias vezes fez parte dos corpos gerentes do Grémio dos Exportadores de Frutos e Produtos Hortícolas do Algarve e deixou o seu nome ligado a numerosas empresas que criou, desenvolveu e se associou, dividindo a sua dinâmica acção por múltiplas actividades até às vésperas da morte.

O sr. Teófilo Fontainhas Neto contava 64 anos, deixa viúva a sr.ª D. Augusta Vieira Cabrita Neto e era pai dos nossos prezados amigos, srs. Joaquim Manuel Cabrita Neto, presidente da Associação dos Industriais de Hotelaria e Similares do Distrito de Faro e membro da Comissão Administrativa da Comissão Regional de Turismo do Algarve, casado com a sr.ª D. Maria da Assunção Galo Cabrita Neto e residente em São Bartolomeu de Messines; Victor José Cabrita Neto, casado com a sr.ª D. Simoneta Fasulo Cabrita Neto, residente em Lisboa, e Teófilo José Cabrita Neto, casado com a sr.ª D. Délia da Assunção Gomes Cabrita Neto, também residente em Messines. Deixa ainda vários netos.

A morte deste industrial foi profundamente sentida em todo o Algarve, onde era muito conhecido e estimado pela sua simpatia natural, fino trato e bondade, deixando por isso em cada conhecido um amigo.

O funeral, que se realizou após missa de corpo presente para jazigo de família no cemitério da sua terra natal, foi uma das mais imponentes manifestações de pesar até hoje realizadas no Algarve e testemunhou a amizade dos que admiraram as qualidades de um homem que venceu lutando.

A família enlutada e, em especial ao amigo Joaquim Manuel, endereça «A Voz de Loulé» a expressão do seu mais sentido pesar.

CINEMA DE AMADORES EM PORTIMÃO

Uma vez mais o Boa Esperança Atlético Clube Portimonense vai organizar a 6.ª edição do «Festival Internacional de Cinema do Algarve», que decorrerá de 9 a 15 de Agosto em Portimão.

Esta iniciativa conta com o patrocínio da União Internacional de Cinema de Amadores, Comissão Regional de Turismo do Algarve e Federação Portuguesa de Cinema de Amadores.

No âmbito da propaganda do festival será distribuído, em breve, um roteiro do Algarve, com monografias e outros elementos dos vários concelhos, numa edição em português, inglês e francês.

Cobranças do nosso jornal

Muito compreensivelmente bastantes assinantes têm vindo o mandado pagar a assinatura para o actual ano de 1976.

Facilita imenso o trabalho do nosso pessoal administrativo e evita os super-pesadíssimos encargos com as cobranças através dos correios.

Só com boa compreensão e com boa vontade, um jornal como o nosso pode sair à rua.

EMPREGADO/A PRECISA-SE

De escritório, com conhecimento de contabilidade.

Nesta redacção se informa.

Cabines telefónicas na via pública

(continuação da pág. 1)

cionamento e foram colocadas em 3 locais escolhidos com a colaboração da C. A. da Câmara de Loulé: Largo de S. Francisco, Largo Gago Coutinho e Largo João XXIII.

Parece-nos que a localização foi feliz mas infeliz o modelo de cabine, pois tem apenas 2 amparos laterais (a mais de 1 metro do solo), e portanto uma protecção muito deficiente contra a chuva e sujeita ainda aos ruídos incómodos e constantes dos veículos, motorizadas que passam frequentemente pelas referidas artérias.

Chamamos a atenção dos possíveis utilizadores que destes telefones podem ser feitas ligações para toda a vila de Loulé e ainda para as seguintes localidades: Albufeira, Alcantarilha, Alte, Boliqueime, Estói, Faro, Ferreiras, Fuzeta, Loulé, Olhão, Paderne, Quarteira, Salir e S. Brás de Alportel.

No final de cada período, o aparelho dá um sinal e a conversa telefónica será interrompida se não for introduzida nova moeda de 1\$00.

Regozijamo-nos pelo facto de os C. T. T. terem, finalmente, dado satisfação a uma das aspirações da população local.

Oxalá este importantíssimo meio de comunicação possa chegar brevemente a tantos locais do concelho de Loulé que vivem no mais completo isolamento e a cujas populações tantas promessas têm sido feitas.

FORAM PUBLICADOS

OS «ANAIIS DO MUNICÍPIO DE FARO» (1975)

Uma vez mais, o município de Faro publicou os seus «Anais» (o n.º V, correspondente ao ano de 1975).

«Os Anais do Município de Faro» representam uma interessante iniciativa, que julgamos única na nossa Província, proporcionando aos interessados vários elementos de estudo de elevada importância cultural, artística e social, e também económica, da vida do Município farense.

Além da apresentação das contas de 1974 e do Planeamento de Actividades e Bases do Orçamento Ordinário para 1975, os «Anais» incluem uma interessante «secção cultural, em que não podemos deixar de destacar os valiosos trabalhos do prof. José António Pinheiro e Rosa, particularmente «O Largo de S. Francisco através dos tempos», «As muralhas de Faro» e «Incunábulo e Manuscritos da Biblioteca Municipal de Faro».

PREÇOS

DE ASSINATURA DE «A VOZ DE LOULÉ»

CONTINENTE

Semestre 60\$00
Ano 100\$00

ESTRANGEIRO

Semestre 90\$00
Ano 150\$00

ESTRANGEIRO — AVIAO

Semestre 140\$00
Ano 230\$00

ÚLTIMA HORA:

AFINAL HOUE CARNAVAL EM LOULÉ

O Carnaval não morreu e o povo divertiu-se mantendo a tradição do Carnaval em Loulé.

Uma festa improvisada com poucos carros mas muita alegria, milhares de forasteiros encheram a Avenida com entrada franca.

3.ª feira de Entrudo, foi dia grande em Loulé para os foliões.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE LOULÉ

ANÚNCIO

(1.ª publicação)

No dia 27 do próximo mês de Abril, pelas 11 horas, no Tribunal Judicial de Loulé, nos autos de execução hipotecária com processo sumário n.º 1/75 que correm termos pela 1.ª secção deste Juízo, em que são exequentes Mariana Júlia Lopes e outros e executado MANUEL DE SOUSA LEAL JÚNIOR, solteiro, maior, comerciante e proprietário, actualmente a residir no sítio de S. Romão da Gralheira, freguesia e concelho de S. Brás de Alportel, comarca de Faro, há-de ser postos em praça pela 1.ª vez, para serem arrematados ao maior lance oferecido acima dos valores que adiante se indicam, os seguintes prédios:

1.º — Morada de casas de habitação e terra de semear com árvores, no sítio das Cercas de Vale Telheiro, freguesia de S. Sebastião, concelho de Loulé, descrito na Conservatória do Registo Predial de Loulé sob o art.º 29763 e inscrito na matriz rústica sob o art.º n.º 4626 e na urbana sob o art.º n.º 2237. Vai à praça no valor de 1.852\$;

2.º — Uma courela de terra de semear e barrocal

com árvores, no sítio da Monteiro, mesma freguesia, descrito na dita Conservatória sob o n.º 29739 e inscrito na matriz sob o art.º n.º 10015. Vai à praça no valor de 1876\$00;

3.º — Uma courela de terra de semear e barrocal, com árvores, no sítio da Corga, mesma freguesia, descrito na mesma Conservatória sob o n.º 29740 e inscrito na matriz sob o art.º n.º 9914. Vai à praça no valor de 1222\$00;

4.º — Uma morada de casas com rés do chão e 1.º andar, com quatro compartimentos e cada pavimento e quintal, na Travessa do Lagar Novo, mesma freguesia, descrito na Conservatória aludida sob o n.º 30129 e inscrito na matriz sob o art.º n.º 2652. Vai à praça no valor de 12672\$.

Dos referidos prédios penhorados ao aludido executado é depositário João da Silva, casado, proprietário, residente em Loulé.

Loulé, 23 de Fevereiro de 1976.

O Juiz de Direito,
a) Jorge Mourão Mendes Leão

O Escrivão de Direito,
a) João do Carmo Semedo

(«A Voz de Loulé» n.º 580, 3-3-76)

NOTA QUINZENAL

TRABALHAR PARA CONSTRUIR

(continuação da pág. 1)

modo não será com demagogias que se erguerão as casas necessárias, que se construirão as fábricas imprescindíveis, que se semearão os campos ainda abandonados, que...

O sector do trabalho importa à maioria dos portugueses e abrange a criação de novos postos de emprego, novas actividades profissionais, melhores condições de segurança social que permitam a cada um e a todos os cidadãos participar dos frutos do desenvolvimento da Comunidade.

No entanto, nenhum processo de desenvolvimento será possível sem uma acção planeada e sem a efectiva participação das populações. Daí que se torne, também, necessária a conjugação de esforços do sector público e privado (e, quanto a este, urge delimitar o seu campo de actuação) em ordem a conseguir-se uma melhoria da produtividade, o aumento do rendimento nacional, enfim, as condições que há-de garantir para todos uma maior justiça social.

Repete-se: sem trabalho nada de novo será possível. E, porém, necessário que o desenvolvimento a prosseguir se não reduza ao crescimento em benefício de uma minoria, com a manutenção de graves assimetrias regionais, funcionais e pessoais. Caminhemos ou não para uma sociedade socialista (as opiniões quanto a este ponto são hoje divergentes), a verdade é que, na situação em que o País se encontra, não poderá deixar de ser dada prioridade ao trabalho, adentro de uma política de mutação económica e social. Trata-se, naturalmente, de um sector decisivo, a exigir coragem, determinação e vistas largas. Que não se perca mais tempo é quanto se aguarda.

ALBUFEIRA tem (também) problemas

Albufeira, como as outras localidades algarvias, tem (também) os seus problemas. José Leal Branco, nosso correspondente naquela Vila, contou-nos em pormenor e nós vamos procurar sintetizar.

TRANSPORTES

Para quando se efectuam ligações de transportes colectivos de Albufeira aos combóios e vice-versa, durante todo o ano? Porque não os há de 15 de Outubro até 15 de Abril, se o movimento de passageiros justifica as carreiras naquele período? Continuamos como antes do 25 de Abril.

Por outro lado, em muitas zonas do concelho existe descontentamento, por causa do horário das consultas médicas (da Pre-

vidência) coincidir com o horário da camionagem. Os doentes nunca chegam a tempo. Não seria possível alterar os horários (das camionetas ou das consultas)?

SAÚDE

Fala-se na falta de muitos medicamentos nas Farmácias do Concelho.

Seria bom fazer uma sondagem à classe médica sobre o assunto, que consideramos de gravidade para a saúde pública.

Também o edifício onde se encontra instalado o Posto Clínico da Caixa de Previdência neste concelho não oferece condições, quer a beneficiários, quer a médicos e empregados. Por vezes o serviço da enfermagem é feito numa cozinha.

ELECTRIFICAÇÃO

Na rede de iluminação pública da zona de Ferreiras, Vale de Serves, encontram-se as lâmpadas apagadas há muito tempo, julgando-se que as mesmas estejam fundidas.

Entretanto, foi posta a concurso a obra — o de electrificação da zona das Fontainhas.

Queremos também fazer notar o perigo que oferece a colocação dum poste com linhas passadas junto ao longo da estação do caminho-de-ferro, num imóvel em ruínas e com largas fendas.

POLICIAMENTO

Bens e pessoas não estão convenientemente defendidas neste concelho, devido à grande falta de policiamento. Fala-se muito no comércio da droga. É preciso aumentar os quadros policiais e melhorar as suas condições habitacionais.

José Leal Branco

ANTÓNIO ALEIXO

(continuação da pág. 1)

bom que nos dá gritos de esperança como este:

«Vós que lá do vosso império prometeis um mundo novo, calai-vos que pode o povo querer um mundo novo a sério».

Este mundo novo, temos que construí-lo quando formos capazes de compreender que:

«O mundo só pode ser melhor do que até aqui, quando consigas fazer mais pelos outros que por ti».

A verdade é que os homens se preocupam cada vez mais consigo mesmos esquecendo os outros, mas falando sempre em nome dos outros... para se governarem melhor.

...E só falam no mundo novo, na medida dos seus interesses. Esta uma das grandes lições de Aleixo, que é bom recordar hoje.

N. A.

I-CENTENÁRIO da «Cartilha Maternal» de João de Deus

(continuação da pág. 1)

pode ficar ignorado perante as novas gerações.

João de Deus nasceu no dia 8 de Março de 1830 em S. Bartolomeu de Messines, freguesia do Concelho de Silves. E porque o Rocal Clube tem aí a sua sede, sentiu-se na obrigação de assinalar condignamente um centenário de transcendente importância para todo o País, e que espera seja comemorado ao longo do ano de 1976.

O Rocal Clube conta com o apoio da Associação dos Jardins Escolas João de Deus e pretende associar à iniciativa a nova Secretaria de Estado da Cultura, a Fundação Gulbenkian, o Ministério da Educação, a Direcção Geral de Turismo, através da Comissão Regional de Turismo do Algarve, e também o Governo Civil de Faro, e as Autarquias locais, muito especialmente as Câmaras Municipais de Faro e de Silves.

PRETENDE PLANTAR OLIVEIRAS?

Tenho p/ venda, de sequeiro e enxertadas prontas a dar fruto.

Informa esta redacção ou Telef. 62832 — LOULÉ.

O direito de propriedade e o Estado

(continuação da pág. 1)

direitos pessoais, desrespeitando os limites da sua função. A história contemporânea demonstra facilmente que uma inveterada desconfiança se criou na camada dos proprietários, face exactamente ao perigo de usurpação dos seus direitos pessoais. Para o evitar, urge precisar, o mais claramente possível, quais são os limites da acção do Estado e até onde *deverá* ou *poderá* estender-se a jurisdição? (2). Poder-se-á considerar um duplo aspecto da acção do Estado quando exerce o seu direito de intervenção: o negativo e o positivo.

O aspecto negativo consistirá em impedir que sofram prejuízo os membros da comunidade pelo modo de proceder de alguns no exercício de seu direito privado. Calvez e Perrin, a este propósito, falam de um «direito de vigilância» (3). E que havendo, de facto, tantos direitos pessoais quantos os indivíduos na sociedade, é de se esperar que os direitos colidam entre si e se produzam frequentes choques. Ora, o conflito entre tais direitos, sobretudo quando um dos antagonistas é forte e o outro fraco, pode facilmente conduzir à injustiça. O Estado, encarregado de zelar pelo bem comum, deve, por isso, criar um clima de justiça.

Para tal, exercerá uma vigilância contínua, cujo objectivo seja corrigir as injustiças e mesmo preveni-las. A correcção das injustiças far-se-á pela elaboração de uma adequada legislação social (que não seja apenas nominal, mas que seja energeticamente aplicada), que cuidará de impor um mínimo de respeito de cada um pelo outro, ou, falando mais concretamente, respeito do capital pelos trabalhadores e respeito destes pelos proprietários de um capital que é a con-

sequência do legítimo exercício do direito de propriedade. Note-se, entretanto — acentuou Charbonneau — que se a preocupação primordial do Estado deve ser a protecção dos fracos, a legislação tem de empenhar-se particularmente em defender o trabalhador, sem sectarismo, mas com uma energia intransigente. Caso contrário, o mal torna-se pior, porque o Estado descredita-se e destrói sua própria autoridade; é o caminho aberto para a anarquia e o primeiro passo rumo à revolução. Por isso, torna-se indispensável organizar um tribunal trabalhista que seja *íntegro, eficaz e expedito*. E isto para se evitar a corrupção, a neutralização dos efeitos da justiça e ainda a lentidão do seu mecanismo que a comprometeriam seriamente, originando novas injustiças.

A correcção das injustiças praticadas deve juntar-se à acção preventiva face à injustiça eventual. Se bem que uma adequada legislação social que não seja apenas nominal contribua já em grande parte para eliminar possíveis abusos e instaurar uma justiça tanto do presente como do futuro, torna-se necessária, por parte do Estado, uma acção preventiva sobre a vida económica da nação, isto é, deve chamar cada um a pôr a sua iniciativa ao serviço da comunidade, aplicando seus recursos de dinheiro e de talento num sentido que seja proveitoso ao bem comum e não propriamente ao seu maior proveito. Quer isto dizer que o Estado deve promover uma economia de solidariedade, na qual cada um desempenhará o seu papel e ocupará uma determinada função, exigida pela harmonia do corpo social.

Ora, exactamente neste sentido, para que a vida económica da nação se torne assim orgânica e se desenvolva, não ao arbítrio de alguns que buscam apenas seu maior proveito, mas conforme as verdadeiras e objectivas exigências do bem comum, o Estado *pode* e *deve* intervir. Falo-á, sobretudo, segundo as técnicas modernas da administração económica, pela *planificação*, a qual deverá sempre, como é óbvio, pautar-se pelas exigências do bem comum. Assim entendida e praticada, claro está que a planificação não pode jamais identificar-se como técnica oriunda de uma concepção marxista do Estado.

O princípio da planificação, com efeito, terá sempre que respeitar a liberdade da pessoa e, por isso, não poderá ser imperativa, mas apenas indicativa. Pio XII e João XXIII, aliás, insistiram neste ponto exactamente para que a planificação não degenerasse em opressão nas mãos de um estado totalitário. Segundo Pio XII, a planificação assim indicada é não só útil, mas até necessária. Veja-se, por exemplo, Pio XII em «Nous vous adressons Notre salut de bienvenue», 3 de Junho de 1950; «Il desiderio da voi espresso», 7 de Março de 1948; «Dans la tradition», 7 de Julho de 1952, etc.. E depois, João XXIII, na Encíclica «Mater et Magistra», n.º 54...

A planificação indicativa, porque se funda exclusivamente na análise das necessidades e dos recursos, não sacrifica a pessoa ao arbítrio do Estado. Tem como fim uma melhor distribuição depois de uma melhor produção, e engloba, sem os esmagar, o produtor e o consumidor, protegendo este último sem deixar de estimular o primeiro. Harmoniza o respeito da liberdade com as exigências da função social da propriedade produtiva. Por isso, é a única aceitável e só ela pode ser dita necessária, sendo que também corresponde perfeitamente às indicações da doutrina social da Igreja.

Começamos com Bernhard Haring, com ele terminamos por agora: como resumo do ponto de vista cristão sobre este ponto, são dele as seguintes palavras: «A ética social cristã rejeita

tanto uma economia inteiramente planificada pelo Estado, com a mais completa sufocação de todas as liberdades, como uma liberdade ilimitada da economia e do comércio. Propriedade e economia necessitam uma organização jurídica. E essa não deve ser nem demasiadamente frouxa nem demasiadamente rígida mas de molde que impeça todo o despotismo, sem sufocar o espírito de iniciativa e a liberdade. Cada consciência individual, os vários órgãos da vida económica e, naturalmente, o Estado, cada qual dentro dos limites traçados pelo princípio de subsidiariedade, são chamados a promover uma cooperação pacífica de todos os sectores económicos e uma organização verdadeiramente social do mercado nacional e internacional» (4).

ANALIDE GUERREIRO

(1) — Bernhard Haring A Lei de Cristo, vol. III, Editora Herder, S. Paulo, 1961, p. 802.

(2) — Paul-Eugène Charbonneau, Cristianismo, Sociedade e Revolução, Editora Herder, S. Paulo, 1965, p. 364. (Cfr. p. 364 a 374).

(3) — Calvez-Perrin, «Igreja e Sociedade Económica», o ensino social dos Papas, de Leão XIII a Pio XII (1878-1958), Porto, Tavares Martins, 1960, p. 483-488.

(4) — B. Haring, op. cit., p. 741-742.

Propaganda política:

EVITAR OS EXAGEROS

(continuação da pág. 1)

lação» (através dos jornais, dos Sindicatos, Partidos e Movimentos Políticos, etc.), no sentido «de se não proceder a colagens de cartazes e a pinturas, nos edifícios públicos, nos monumentos e sinalização do trânsito, por forma a que o povo português testemunhe, também por esta via, o civismo e a consciência que lhe permitam salvaguardar intransigentemente a liberdade reconquistada».

A palavra de ordem é, portanto: propaganda política, sim; mas sem exageros condenáveis. Todos teremos a ganhar com tal atitude. Sobretudo numa altura em que estamos a entrar na nova Campanha Eleitoral.

Municípios algarvios

analisam o projecto

do decreto-lei

sobre regionalização

(continuação da pág. 1)

berado que os municípios analisassem criticamente o projecto do decreto-lei sobre descentralização e que enviassem, posteriormente, ao Governo Civil, as conclusões dessa análise, para ulterior elaboração de um documento sobre a matéria.

Além das Câmaras Municipais, já citadas, estiveram também presentes naquela reunião os técnicos do Gabinete de Planeamento do Algarve, da Comissão Regional de Turismo e do Serviço Nacional de Emprego.

Faça à discussão do projecto, nessa reunião, não foi obtida unanimidade em relação a determinados pontos — como, por exemplo, qual o papel a desempenhar pelos órgãos de vontade popular no contexto dessa descentralização. Também não ficou perfeitamente definida, pelos participantes na reunião, qual a concepção e a natureza da autonomia que se pretende obter para a Província Algarvia.

Os Municípios do Algarve continuam, portanto, a estudar o decreto-lei sobre Regionalização.

VANDALISMO EM QUARTEIRA

(continuação da pág. 1)

tomáveis estacionados, desde a marginal até ao cinema.

Pensamos que poderá chamar-se a isto o verdadeiro requinte do mais alto grau de malvadez, em que a sãna peçonhenta da torpe inveja dá largas ao seu ódio por aquilo que não conseguiu possuir ainda.

Oxalá toda a população de Quarteira esteja alerta para vigiar a acção nefasta, miserável e sórdida daqueles que sentem a raivosa satisfação de aproveitar a escuridão da noite para desabafo duma perversidade que atinge as raízes da mais furiosa ignomínia.

Por este e por muitos outros motivos, a população de Quarteira, terá que estar vigilante, mas o mais importante é que o Governo saiba vigilante, mas o mais importantes aldeias do País, e com uma população de cerca de 15.000 habitantes não pode continuar entregue a si mesma sem qualquer autoridade que tenha força para impôr normas de segurança colectiva e de respeito pelos bens dos cidadãos.

Impõe-se que a Junta de Freguesia de Quarteira, que a Câmara de Loulé, que o Governo Civil de Faro, clamem em uníssono, junto do Governo para que seja resol-

vido (já) o velho e já estafado problema da criação de um posto da G.N.R. em Quarteira.

É a população que pede, é o bom senso que o exige.

C.

Está interessado em melhorar a sua terra?

(continuação da pág. 1)

ele fosse à sua terra? Gostaria que houvesse na sua terra uma banda de música? Você gosta de cinema? e se trabalha no campo gostaria de ver filmes sobre agricultura? Na sua terra há alguma sociedade, ou actividade desportiva ou cultural, ou rancho folclórico? E, se não há, gostaria que houvesse?

As perguntas sucedem-se e destinam-se às pessoas que «estão interessadas em melhorar a sua terra». Se essas pessoas desejam «dar mais vida» à sua terra, nos sectores referidos e noutros, poderão escrever ou falar para o «Centro de Animação Cultural do Algarve», Travessa Castilho, n.º 35, 2.º — Faro.

VENDE-SE

Betoneira, com capacidade de 350 l. Motor eléctrico e guincho Beta. 500 kg. com cavalete.

Nesta redacção se informa.

AGRAVADO

O IMPOSTO DE CIRCULAÇÃO

Um diploma publicado no «Diário do Governo» veio alterar substancialmente o quantitativo a pagar pelos contribuintes possuidores de automóveis ligeiros, de passageiros e mistos, e motociclos de passageiros, com ou sem carro; aeronaves de uso particular; e barcos de recreio de uso particular. Com efeito foi sensivelmente agravado o imposto de circulação.

De notar que com o referido diploma, se pretende «tornar mais eficiente a acção fiscalizadora e ampliar-se a penalização por falta de pagamento do imposto, promovendo-se a apreensão imediata do veículo» — o que o transgressor poderá evitar se pagar o imposto e a multa «no acto da verificação da infracção».

Por outro lado, durante 1976, os retornados das ex-colónias beneficiarão de isenção do imposto ou de determinados descontos.

As taxas de imposto são as seguintes:

AUTOMÓVEIS

De gasolina até 1000 cc. ou de outros produtos até 1500 cc., pagam 600\$00 até 6 anos, 300\$00 de 6 a 12 anos e 150\$00 com mais de 12 anos; de 1001 a 1300 cc. (gasolina) e de 1501 a 2000

cc. (outros produtos), pagam, respectivamente, 1 200\$00, 600\$00 e 300\$00; de 1301 a 1750 cc. (gasolina) e 2001 a 3000 (outros produtos), pagam, respectivamente, 2 000\$00, 1 000\$00 e 500\$00; de 1751 a 2600 cc. (gasolina) e mais de 3000 cc. (outros produtos), pagam respectivamente, 5 000\$00, 2 500\$00 e 1 000\$00; de 2601 a 3500 cc. (gasolina), pagam, respectivamente, 8 000\$00, 4 000\$00 e 2 000\$00; e mais de 3500 cc. (gasolina), pagam, respectivamente, 14 000\$00, 7 000\$00 e 3 000\$00.

MOTOCICLOS

Pagam, consoante tiverem até 5 anos ou mais de 5 anos; de 180 a 250 cc., 200\$00 e 100\$00; de 250 a 350 cc., 300\$00 e 150\$00; de 351 a 500 cc., 1 000\$00 e 500\$00; de 501 a 750 cc., 4 000\$00 e 2 000\$00; mais de 750 cc., 7 000\$00 e 4 000\$00.

HABILITAÇÕES NOTARIAIS

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado Nuno António da Rosa Pereira da Silva

Certifico, nos termos do art.º 97.º do Código do Notariado, que por escritura de hoje, lavrada de fls. 88 a 89, do livro n.º B-87, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, foi declarado que por óbito de Ana Mealha Rosal ou Ana Mealha Rosal Costa, e marido, Manuel da Costa Júnior, ocorridos, respectivamente em 23 de Agosto de 1974, no Hospital desta vila e freguesia de S. Clemente, e 30 de Janeiro findo, na casa da s/residência, ambos naturais da freguesia de S. Sebastião, concelho de Loulé, habitualmente residentes na Avenida José da Costa Mealha, desta vila, freguesia dita de S. Clemente, que foram casados um com o outro em primeiras e únicas núpcias de ambos e segundo o regime da comunhão geral de bens, que não deixaram testamento, foi habilitado como seu único descendente, seu filho legítimo:

José Rosal Costa, casado segundo o regime da comunhão geral de bens, com Irene de Jesus Mourato Lima, natural da freguesia dita de E. Sebastião e residente nesta vila.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 19 de Fevereiro de 1976.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana
«A Voz de Loulé» n.º 580/3-3-76

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado Nuno António da Rosa Pereira da Silva

Certifico, para efeitos de publicação, que neste Cartório e no livro de notas para escrituras diversas, n.º B-87, de fls. 89 a 91, v.º, se encontra exarada uma escritura de justificação notarial, outorgada hoje, na qual Manuel Coelho Guerreiro e mulher, Maria Floripes Zacarias de Sousa, residentes na povoação e freguesia de Quarteira, concelho de Loulé, casados segundo o regime de separação de bens, se declararam donos e legítimos possuidores, em comum e em partes iguais e com exclusão de outrem, do seguinte prédio:

Urbano, de rés-do-chão, para comércio, com um armazém, despensa e casa de banho, e primeiro andar, com duas habitações, uma no lado direito, outra no esquerdo, cada uma delas com dois quartos, sala comum, kitchenette, casa de banho e corredor, situado na Rua Gonçalo Velho, da povoação e freguesia de Quarteira, concelho de Loulé, antigo sítio dos Cavacos, da mesma freguesia, confrontando do norte com Helder Rosa Ramos, e do nascente, sul e poente com caminho público, omissos na respectiva matriz predial, tendo no entanto sido apresentada participação para a sua inscrição, na Repartição de Finanças deste concelho, em 8 do mês findo, conforme consta do duplicado da referida participação, no valor de 240 000\$00;

Que este prédio lhes pertence na indicada proporção, porquanto:

1. Em quatro de Janeiro de mil novecentos e sessenta e dois, por escritura lavrada a folhas oitenta e seis, verso, do livro núme-

■ GOLFE NA QUINTA DO LAGO

Realizou-se na Quinta do Lago, de 3 a 5 de Fevereiro, um Torneio de Golfe para Amadores-Profissionais, em que participaram 136 jogadores ingleses e portugueses, num total de 34 equipas de 4 jogadores amadores encabeçados por 1 profissional. O Torneio foi organizado pela TAP de Londres, «Algarve Agency» e «Planal», empresa promotora do complexo da Quinta do Lago.

Os entusiastas do golfe em Inglaterra seguiram «pari passu» este torneio, através dos relatos circunstanciados de 15 jornalistas ingleses, que cobriram esta interessante iniciativa (recorde-se que o golfe constitui hoje uma forte atracção turística).

■ QUARTEIRENSE EM ASCENÇÃO

Acerca dos últimos jogos do Quarteirense no Campeonato Na-

cional de Futebol da 3.ª Divisão recebemos do nosso correspondente em Quarteira, Q. M., o seguinte apontamento:

«Depois de dois jogos em que não foi bafejado pela sorte, o Quarteirense reencontrou o caminho das vitórias. Assim, depois de ter arrancado uma vitória por 1-0 em casa do Rosairense, o clube de Quarteira voltou a triunfar, em Loulé, por 3-1. Portanto, os conjuntos louletanos iniciaram sob bons auspícios esta prova. Já o mesmo não se pode dizer da Associação Quarteira, que foi estrondosamente batida por 5-0 pelo Marítimo.

O vencedor desta prova entrará automaticamente no Campeonato Nacional da 3.ª Divisão.

■ CAMPEONATO DISTRITAL DA 1.ª DIVISÃO

No dia 15 de Fevereiro, disputou-se a jornada inaugural do Campeonato Distrital de Futebol da 1.ª Divisão, a que concorreram, entre outras equipas algarvias,

dois conjuntos da nossa terra — Louletano e Campinense — e uma equipa de Quarteira (localidade onde o chamado «desporto rei» está a despertar grande interesse), denominada Associação Quarteira.

Enquanto o Campinense conquistou um empate (1-1) em casa do «11 Esperanças», o Louletano foi bater em Moncarapacho o clube local, por 3-1. Portanto, os conjuntos louletanos iniciaram sob bons auspícios esta prova. Já o mesmo não se pode dizer da Associação Quarteira, que foi estrondosamente batida por 5-0 pelo Marítimo.

O vencedor desta prova entrará automaticamente no Campeonato Nacional da 3.ª Divisão.

Serviço Militar: 15 MESES

Foi anunciado que o serviço militar será de 15 meses e os soldados a recrutar de 26 000, 40% menos que nos anos anteriores. Haverá duas incorporações, em vez de quatro, como era anteriormente.

O soldado, desde já só pode sair dos quartéis devidamente fardado. O uso das «camuflagens» só pode ser em missões especiais de serviço.

Finalmente: os soldados de ora em diante, passam a estar integrados na disciplina militar.

SAIU A 3.ª EDIÇÃO

DE «ESTE LIVRO

QUE VOS DEIXO»

Já está à venda nas livrarias a 3.ª edição, melhor apresentada, de «Este Livro Que Vos Deixo», obra em que foram reunidas muitas das composições poéticas do grande vate António Aleixo.

Não é vulgar no meio literário português (e as excepções só confirmam a regra) que uma obra poética ultrapasse a 1.ª edição. António Aleixo, porém, é um poeta de elevado nível e esta 3.ª edição de «Este Livro Que Vos Deixo» representa, sem dúvida, a admiração e o interesse que os leitores dedicam àquele notável poeta algarvio.

Assinale-se, a propósito, que António Aleixo, se fosse vivo, teria completado no passado dia 18 de Fevereiro, 77 anos de idade. A obra de Aleixo, no entanto, está viva e é cada vez mais lida em Portugal. Porque o «poeta cauteleiro» é já, na Literatura portuguesa, uma das grandes figuras.

JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL

ro cinco-B, de notas para escrituras diversas, do Segundo Cartório desta Secretaria, eles justificantes compraram em comum e em partes iguais, pelo preço de mil escudos, a Maria Rosa, viúva, residente no aludido sítio dos Cavacos, o seguinte prédio: — rústico, constituído por terreno arenoso de semear, no dito sítio dos Cavacos, hoje Rua Gonçalo Velho, confrontando como o anteriormente descrito, omissos na Conservatória do Registo Predial deste concelho, actualmente inscrito na respectiva matriz predial, em nome deles justificantes, sob o artigo número mil oitocentos e nove, com o valor matricial de quinhentos e vinte escudos;

2. Que posteriormente e no exercício do seu direito de propriedade sobre o aludido terreno, transformaram-no no prédio urbano, supra descrito, muito embora não tenham ainda procedido às necessárias diligências para a sua eliminação da matriz, como prédio rústico distinto;

Que atendendo ao disposto no artigo treze, número um, do Código do Registo Predial, não é aquela escritura de quatro de Janeiro de mil novecentos e sessenta e dois, título suficiente para registo, mas a verdadeira é que a vendedora, a referida Maria Rosa, era na data da citada escritura, dona e legítima possuidora, com exclusão de outrem, do prédio rústico, então vendido, pelo facto de: — se encontrar na posse do mesmo, em nome próprio, há mais de trinta anos, sem a menor oposição de quem quer que fosse, posse sempre exercida, sem interrupção e ostensivamente, com conhecimento de toda a gente, sendo por isso, a sua posse pacífica, contínua e pública, pelo que, na data da referida escritura, já o havia adquirido por usucapião.

Que eles justificantes

desde a data em que o adquiriram, entraram e continuaram na posse do aludido terreno e prédio supra descrito, em que o transformaram, não tendo, em face do exposto, possibilidade de comprovar a aquisição do prédio rústico, supra descrito, por parte da vendedora, a referida Maria Rosa, pelos meios extrajudiciais normais.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 20 de Fevereiro de 1976.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana
«A Voz de Loulé» n.º 580/3-3-76

GUARDA DA P.S.P. ferido num acidente de viação

O guarda da P. S. P. Virgolino de Sousa Vieira, de 36 anos, natural de Loulé, e prestando serviço em Faro, sofreu um acidente de viação, devido ao rebentamento do pneu de uma das rodas do automóvel que conduzia.

O acidente verificou-se nas Ferreiras (Albufeira), provocando àquele agente da polícia ferimentos que obrigaram que ficasse internado no Hospital de Faro.

Telefone 62503

LOULÉ



PASTELARIA

- ★ Pastelaria Fina
- ★ Especialidade em Doces Regionais
- ★ Snack (pequenos almoços e lanches)
- ★ Refeições (Ementa variada)

- ★ Frango Assado
- ★ Croquetes de Bacalhau
- ★ Pastéis de Batata Doce
- ★ Pastéis de Carne

GRANDE SORTIDO EM BEBIDAS NACIONAIS E ESTRANGEIRAS

Fornecimento para:
CASAMENTOS - BAPTIZADOS - BANQUETES - ETC.

Largo Gago Coutinho — LOULÉ

EM LOULÉ Apesar da malta... o Carnaval faz falta

Há quem diga que o Carnaval não faz falta... nem para «animar a malta». A verdade é que a «malta» tem contribuído mais para destruir a «Batalha de Flores» do que para «lhe» dar maior nome. Episódios de lutas corporais, jovens que não sabem outra maneira de comunicar que não seja atafalhando as bocas alheias de papelinhos ou sujando as caras com tintas difíceis de limpar... quer dizer: a «malta» tem-se animado de um modo esquisito, um tanto animalesco, queimando horas a pensar que está muito divertida... e depois, «quem» sai prejudicada é a Festa Carnavalesca que nunca chega a existir.

Apesar de tudo, porém, o Carnaval de Loulé faz falta. Não só por ser uma tradição quase secular, não só por dar oportunidade ao Hospital de arrecadar proventos, que tão necessários são, mas porque o Carnaval, as chamadas «Batalhas de Flores»,

se bem organizadas, poderão ser uma ótima forma de convívio, de confraternização, de alegria, de animação artística e cultural... isto é, tudo aquilo que, de positivo, se queira que o Carnaval seja.

Mais vale pouco que nada? Ou mais vale nada que pouco e mal? A resposta será dada conforme as opiniões de cada um.

Loulé, no entanto, não teve o seu Carnaval este ano. Como se sabe, não houve possibilidades de o organizar. Possibilidades pessoais, porque dinheiro não faltaria (diz-se). Mas há por aí tanto desempregado... Bem, adiante...

Portanto, o Carnaval faz falta. É a nossa opinião. E é preciso reconhecê-lo, antes de mais nada, para que tudo se faça, a tempo e horas, de forma a não se deixar ao improvisado o que irá ser o Carnaval de 1977. Pois as «Batalhas de Flores» de Loulé não podem morrer!

JOÃO SILVÉRIO

Contra as pesadas tarifas dos C. T. T.

A Imprensa Regional não é «folha de couve»

Um ministro (da Comunicação Social) disse, já depois do 25 de Abril, que, em Portugal, «há demasiadas folhas de couve». Lançava assim esse ministro, despididamente, uma nova ofensa sobre tantos e tantos órgãos da imprensa regional que, com seriedade e espírito de justiça, têm cumprido, sem dúvida, um papel de maior relevo. No fundo, com a expressão «folhas de couve» pretendia-se lançar no ridículo a imprensa regional, para — com mais severas medidas — acabar com ela de vez. A manobra era mais que evidente. E a verdade é que ia (e quem sabe se ainda irá?) surtindo o efeito desejado.

Sob o título «Uma Imprensa Esquecida» publicou recentemente o semanário «O País» um artigo, da autoria de Guilherme de Melo, de que transcrevemos esta passagem:

«Ignorar o papel que a essa imprensa cabe é não ter da problemática da informação, neste país, a mínima noção. E não saber (ou não querer saber) o quanto a esses modestos jornais cabe na tarefa de divulgação das realidades e aspirações, falhas e necessidades das regiões de que são os respectivos porta-vozes (já que, por demasiado absorvidos pelo que às duas grandes cidades a que se ligam, os da chamada «grande imprensa» tão lamentavelmente se esquecem de si-lo); é não saber (ou não querer saber) o quanto, igualmente, lhes cabe em prol da elevação do nível mental e cultural das populações a que directamente se dirigem; é não saber (ou não querer saber), enfim, até que ponto é importante e fundamental a sua acção como elo firme e indestrutível entre a terra a que dizem respeito e os filhos dessas mesmas terras que um dia as deixaram e para longe abalaram como emigrantes. E que onde quer que estejam fazendo a sua vida, à terra onde nasceram e se fizeram homens e mulheres continuam afinal ligados pelo que dessa terra e seu dia a dia os jornalinhos que de lá recebem — na clássica assinatura anual para o estrangeiro que todos, por isso mesmo, cultivam — lhes vão regularmente transmitindo.

Pretendia-se, portanto, acabar com a imprensa regional, começando por achincalhá-la. Depois vieram outras medidas: a obrigatoriedade da cintagem dos jornais (mais tempo perdido, mais despesas com papel e mão de obra, etc.); e, sobretudo, as novas e pesadas tarifas que pre-

nunciavam a morte desses australianos regionais que são os jornais espalhados pelas pequenas vilas e cidades deste País. Muitos desses órgãos de imprensa vinham sobrevivendo apoiados em franquias de correio especiais. E, de repente, era a pena capital, sentenciada em Lisboa...

Chovem os justos protestos. Os directores, redactores e colaboradores desses jornais ficam indignados. Ao fim de algumas exposições, audiências, etc., conseguiu-se adiar a publicação das novas tarifas e veio a promessa do Governo ir repensar o assunto. E, aqui, é altura de voltarmos a transcrever outra passagem do citado artigo publicado n'«O País»:

«Só que os meses passaram. Governos sobre governos surgiram e caíram. E o que prometido fora, esquecido parece estar. E eis que este 76 se inicia sem que essas largas dezenas de jornais de província que, ao fim e ao cabo, nada pesam nos cofres do Estado porque se ligam, todos eles, à iniciativa inteiramente privada, continuam sem ver a grave situação para que foram atirados solucionada, ao mesmo tempo que, implacável e temosa, a espada de Damocles pela mão dos CTT empunhada sobre todos eles ameaça tombar de chofre. Isto é: a aplicação, sem mais apelo nem agravos, das novas e pesadas tarifas dos CTT previstas para de 19 do corrente em diante. Será que o farão mesmo — ou que o apelo já há tanto lançado a quem de direito irá encontrar, por parte do actual governo, a resposta pronta e decidida sem a qual não será mais possível a quase totalidade da imprensa regional do país aguentar-se?»

DE QUARTEIRA OS PINTA PAREDES

Os tinta paredes continuam actuando em Quarteira, não obstante as autoridades já terem declarado serem inoportunas.

Quem tiver queixas a fazer, tem à sua disposição o papel e o envelope para escrever a quem de direito as suas reclamações, ou a este jornal, que, decerto, não negará um bocadinho do seu espaço para o efeito, desde que ache idoneidade à reclamação.

Agora foi a Casa dos Pescadores a alvejada.

Lá dentro havia um cartaz com as regalias dos pescadores, antes e depois da assistência clínica, farmacêutica, de velhice, etc. — do conhecimento geral.

A própria doca da Marina só foi possível ser utilizada pelos pescadores devido à disposição inserta no Decreto-Lei n.º 215/1970, de 15 de Maio, que concedeu a licença para a sua construção exploração e sua utilização pelos pescadores artesanais de Quarteira exigida pela Junta Central das Casas dos Pescadores.

«Há 30 anos — dizia um pescador reformado — o meu irmão, que governava a arte de xavega de fulano, morreu, quando o barco regressava do mar, e se voltou, com a arrebatção enorme. Todos os pescadores se salvaram, só o meu irmão morreu! Coitado!»

Hoje, os barcos saem e entram sem perigo porque o canal de acesso está fora da zona de rebentação.

Que segurança para os pescadores de hoje!

E ainda há quem pinte-paredes a acusar aqueles que asseguraram o esquema de trabalho dos pescadores. O recebimento do valor do seu peixe e demonstre, através da publicação nos jornais a pesca desembarcada em Quarteira, superior a algumas semanas à que se vende nos outros portos que não têm as facilidades de entrada e saída dos barcos!

A ingratidão dos homens sobre o trabalho dos que bebem fora das refeições!

Quarteira, 7-2-76

C.

Cresce o número de retornados no Algarve

A chegada de novos contingentes de refugiados e a transferência, por razões climáticas, de muitos outros que se encontravam alojados noutras zonas do País, fez aumentar espectacularmente o número de retornados das ex-colónias que actualmente vivem no Algarve, e que se estimam em cerca de sessenta mil.

Entre os que ultimamente foram transferidos para a província algarvia, conta-se um grupo de

VINHO A 65\$00 O LITRO!

Um amigo almoçou ontem em Faro, e pagou 26\$00 por uma garrafa de 4 decilitros de vinho tinto, de 125 graus. Tal preço quer dizer que um litro de vinho será vendido a 65\$00/litro.

Como, porém, a Adega Cooperativa do Barrocal tem estado a vender o vinho branco a 4\$00, e o tinto, a 5\$00 o litro, a granel, quer dizer que o referido vinho de outra Adega Cooperativa do Ribatejo, dá um lucro aos armazenistas e retalhistas de 57\$00 o litro — contando com 3\$00 para custo de vasilha e rotulagem.

Existindo, por outro lado, uma lei geral que permite 15% e mais 20% para lucro dos armazenistas e retalhistas, o locupletamento destes foi de 54\$20 por litro de vinho, para além do lucro normal — ou sejam 501%!

Mas ainda não fica por aqui o mal para os vinhateiros, que dão trabalho a 300 000 trabalhadores rurais. É que a cerveja é vendida a retalho a 18 ou 20\$00 o litro, nos restaurantes e cafés, pelo que aquele preço de

65\$00 o litro de vinho no Restaurante de Faro, inibe o escoamento de 2 milhões de hectolitros de vinho sobrando que existem nas Adegas Cooperativas e nos armazéns de vinhos. Bem vistas as coisas, o vinho é considerado a mais sã e higiénica das bebidas, quando tomado às refeições, segundo Luís Pasteur, na medida de 1 grama de álcool etílico puro por quilograma de peso do bebedor, deixa de o ser quando fora daquelas condições.

Isto quer dizer que quem beber para além dos 7,5 decilitros de vinho por dia e fora das refeições, corre o risco de contrair as doenças de fígado, coração e cérebro que caracteriza o alcoolismo.

O leitor interessado poderá ler, entre outros, um estudo científico publicado nas Selecções, de Outubro de 1975, sob o título «Até que ponto é perigoso beber?».

Quer dizer que a mesma bebida pode ser salutar ou prejudicial à saúde.

E sob o ponto de vista económico o vinho poderia remunerar o Trabalho, o Capital e a Terra, empregando onze milhões de hectolitros por ano na sua produção, se saindo da Adega Cooperativa a 10\$00 (litro), fosse vendido, engarrafado, (3\$00), a 18\$00/litro — não ultrapassando os citados 35% do lucro dos intermediários na sua comercialização.

Aquele valor de 10\$00 da Adega respeita até o símbolo do P. C., onde a estrela estivesse por cima, e não por baixo da foice e do martelo!...

J. S. P.

PROTEGER A NATUREZA SERÁ SINÓNIMO DE FOME?

Do Gabinete do Planeamento do Algarve recebemos a carta datada de 11-2-76 que a seguir publicamos e cujo conteúdo é perfeitamente esclarecedor.

Pela nossa parte temos apenas a acrescentar que a informação que demos colhemo-la na própria correspondência do referido Núcleo Distrital de Faro para a protecção da Natureza. Por isso não conseguimos perceber como é que há entidades que não sabem onde moram.

Que quererá isto dizer? Eis o texto da carta que recebemos:

Ex.º Sr.
Director de «A Voz de Loulé».
Peço a V. Ex.ª que sejam esclarecidos os leitores de «A Voz de Loulé» sobre uma notícia vinda no número de 7-1-76 sob o título «Proteger a Natureza será sinónimo de fome?» e na qual se afirmava que o Núcleo Distrital de Faro para a Protecção da Natureza tinha sede provisória neste Gabinete.

O esclarecimento a prestar é de que o Gabinete do Planeamento da Região do Algarve não tem nada a ver com aquele Núcleo nem lhe serve de sede provisória.

Agradecendo o esclarecimento nas páginas do próximo número do vosso quinzenário, e gratos pela atenção.

Com os melhores cumprimentos,

O Director
Ruí M. Paula, Arquít.º

OFERECE-SE

Homem de larga experiência em assuntos relacionados com agricultura, cultivo e tratamento de arvoredos, oferece-se para tratar de quinta ou propriedade nos arredores de Loulé.

Nesta redacção se informa.



ARMELIMO CONTREIRAS

STAND DE AUTOMÓVEIS
Compra, Venda e Troca Automóveis
novos e usados

Telef. 62919

Stand: Rua Diogo Lobo Pereira
Resid.: Rua dos Combatentes da
G. Guerra, N.º 14-1.º-Esq.º

(Largo do Chafariz)

Campina de Cima

LOULÉ

CAFÉ ARIEIRO

TRESPASSA-SE

Tratar com o proprietário: António Domingos Cavaco.

Rua da Carreira — Telefone 62299 — LOULÉ.